



PARTE J

AC — ÁGUAS DE COIMBRA, E. M.

Relatório n.º 1-J/2007

Relatório e contas de 2005

Mensagem do conselho de administração

Tratou-se do exercício de 2005, de um ano que marcará em definitivo esta empresa, obrigando-a a repensar a sua própria missão, objectivos estratégicos, acções e correspondente alocação de recursos humanos, financeiros e técnicos. As razões que presidiram a esta situação foram, fundamentalmente, as seguintes:

1 — O cenário macroeconómico desfavorável com a obrigatoriedade do cumprimento do Plano de Estabilidade e Crescimento e, consequentemente, por se tratar de uma empresa municipal, ver-se impedida de recorrer a financiamentos externos para fazer face aos seus compromissos;
 2 — A falta de fundos estruturais, quer nacionais, quer comunitários;
 3 — As transformações ocorridas no Mercado Nacional da Água;
 4 — A passagem das infra-estruturas em alta para a responsabilidade da empresa Águas do Mondego, S. A., nomeadamente, a captação da Boavista, estações de tratamento de água e estações de tratamento de águas residuais, etc. Assim, o abastecimento de água e o tratamento de águas residuais ficaram a depender da referida empresa, sendo pré-fixados os preços unitários e as quantidades mínimas de compra para o exercício de 2005 e exercícios vindouros.

Assim, e para fazer face a todos estes condicionalismos, viu-se a AC — Águas de Coimbra, E. M., obrigada a repensar e iniciar políticas essenciais à persecução da sua missão: assegurar, em processo contínuo, as necessidades de abastecimento e distribuição de água para consumo humano, em quantidade e qualidade, aos seus clientes, bem como, a drenagem das águas residuais e pluviais, contribuindo para a qualidade de vida das populações, tendo como fim último a satisfação dos seus clientes, dos colaboradores da empresa e do accionista (Câmara Municipal de Coimbra), num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, a um preço socialmente sustentável.

Destas políticas salientam-se a necessidade de readequação e formação dos seus recursos humanos, modernização dos seus meios técnicos, sensibilização dos seus clientes e gestão racional dos seus recursos que, certamente, contribuirão para o seu bom desempenho futuro.

Por fim, o conselho de administração expressa o seu agradecimento a todas as entidades que colaboraram nas actividades desenvolvidas no exercício de 2005, nomeadamente:

1 — Aos nossos clientes e cidadãos residentes e não residentes no concelho de Coimbra, pela forma como apoiaram a nossa empresa nesta altura de novos desafios, nomeadamente com o maior investimento de sempre, no concelho de Coimbra, no sector da água e saneamento.

Relatório do conselho de administração

Situação económica e financeira

Balanço

Activo:

Imobilizado:

Ao nível do aumento do activo imobilizado importa salientar a obra de requalificação ambiental da zona norte de Coimbra — 1.ª fase que representou 22% do total do investimento efectuado no ano de 2005, e que no ano de 2006 irá ter ainda um peso relativo superior.

De referir ainda que o grau de execução do plano plurianual de investimentos e amortização de empréstimos foi de 52% e que destes, 76% foram de obras de saneamento.

Circulante:

As existências em armazém aumentaram ligeiramente. Este facto deveu-se essencialmente à regularização efectuada pela entrada de materiais sobrantes de obras e de outros materiais existentes noutras locais da empresa.

Em 2006, pretendemos continuar a gerir de forma mais rotativa as existências de modo a diminuir o valor das mesmas em armazém.

Dívidas de terceiros a médio e a longo prazos:

Salienta-se o ajustamento dos saldos devedores de terceiros, considerados de médio e longo prazos pela dificuldade na sua cobrança e no montante de 40 082,07 euros.

Dívidas de terceiros de curto prazo:

Clientes:

As dívidas líquidas de clientes sofreram uma evolução de 9% devido sobretudo ao crescimento da facturação de ramais de saneamento e à prorrogação do seu pagamento (pagamento em prestações). Sobre a dívida em execução fiscal fizemos ajustamentos (anterior conceito de provisões) dos clientes em mora entre seis e 12 meses.

Estado e outros entes públicos:

Existe um crédito sobre o Estado no valor de 111 173,98 euros referente a IVA a recuperar, saldo credor inerente ao facto de a AC — Águas de Coimbra, E. M., ter iniciado em 1 de Julho de 2005 a compra da água, para posterior venda aos clientes, à Sociedade Águas do Mondego, S. A. Assim, o IVA passível de dedução sofreu um aumento considerável.

Depósitos bancários e caixa:

As disponibilidades no final do ano não sofreram variação significativa em relação ao final do ano anterior.

Capital próprio:

É de referir a criação em 2005 de uma reserva legal de: 55 569,94 euros e uma reserva para investimento de: 316 135,25 euros nos termos do artigo 27.º dos Estatutos da empresa por aplicação do resultado líquido de 2004.

Passivo:

Dívidas a terceiros de médio e longo prazos:

Empréstimos bancários:

A AC — Águas de Coimbra, E. M., continuou em 2005 a amortizar o empréstimo bancário de médio e longo prazos contratado com a Caixa Geral de Depósitos.

A 31 de Dezembro de 2005, o valor por amortizar ascendia a apenas 1 269 395,166 do qual transitará para 2007 e anos seguintes (médio e longo prazos) o valor de 1 124 395,16 euros.

Outros credores:

A nível de outros credores é de referir a dívida à Câmara Municipal de Coimbra relativa a infra-estruturas de saneamento básico decorrentes de processos de loteamentos recepcionados em urbanizações e de outras executadas e custeadas pela Câmara Municipal de Coimbra, transferidas do município de Coimbra para o património da AC — Águas de Coimbra, E. M., em 2004. A responsabilidade de pagamento em 2007 e anos seguintes (médio e longo prazos) é de 5 416 259,78 euros.

Em conclusão, verificamos que as dívidas de médio e longo prazos diminuíram em relação ao ano anterior o que significa que estamos a cumprir os prazos de pagamento estabelecidos nos respectivos contratos.

Dívidas a terceiros de curto prazo:

As dívidas a curto prazo (fornecedores correntes, Estado e outros entes públicos, fornecedores de imobilizado e entidades diversas), no seu conjunto registaram um crescimento significativo, resultado directo da facturação de água e da recolha e tratamento de efluentes pela Sociedade Águas do Mondego, S. A., a partir de 1 de Junho do ano de 2005.

A facturação mensal pela citada sociedade em 2005 foi de 698 880,11 euros.

Acréscimos e diferimentos:

A conta de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2005 registou um ligeiro aumento em relação ao ano de 2004. No entanto, a parcela correspondente aos subsídios para investimento (Quadro Comunitário III) diminuiu.

Resultados do exercício**Resultado operacional:**

O ano de 2005 foi marcado pela adesão do município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal do Baixo Mondego-Bairrada, facto este que determinou que a AC — Águas de Coimbra, E. M., passasse a suportar os custos inerentes à aquisição de água e à recolha e tratamento dos efluentes a partir de 1 de Junho de 2005. Para atenuar parcialmente este custo a Câmara Municipal de Coimbra atribuiu subsídios de exploração, correspondentes a parte das rendas e de indemnização por perda de negócio, contrapartidas estabelecidas no citado contrato de adesão. Estes factores influenciaram a evolução dos resultados operacionais.

Outro factor que exerceu influência sobre os resultados operacionais e que contribuiu para que estes fossem negativos diz respeito ao crescimento das amortizações do exercício, inerente ao crescimento do immobilizado da empresa decorrente da execução do Plano Plurianual de Investimentos de 2005.

Assim, o resultado operacional em 2005 foi de — 1 358 277,02 euros. Em 2004 foi de — 1 208 440,15 euros.

Resultado líquido:

O resultado antes de impostos foi positivo pela contribuição dos proveitos financeiros e extraordinários que proporcionaram resultados positivos da mesma natureza.

Nos proveitos extraordinários assumiram elevado valor os que resultaram de subsídios para investimento. Estes foram calculados através das mesmas taxas de amortização que foram aplicadas ao immobilizado financiado por esses subsídios.

Os valores positivos dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários permitiram um resultado antes de impostos positivo de 954 064,34 euros.

Registou-se então um resultado líquido positivo de 746 782,37 euros.

Indicadores financeiros e *ratios* económicos:

Os quadros a seguir disponibilizam mais alguma informação sobre a situação financeira da AC — Águas de Coimbra, E. M.

Indicadores financeiros:

	2005	2004
Liquidez geral	1,35	1,77
Solvabilidade	3,92	3,75
Autonomia financeira	0,53	0,52
Grau de cobertura do immobilizado por capitais permanentes	0,65	0,67

Indicadores económicos:

	(Em percentagem)	
	2005	2004
Rentabilidade das vendas	5	4
Rentabilidade dos capitais próprios	2	1
Rentabilidade do activo	1	1

Produtividade:

	2005	2004
Volume de emprego — número de efectivos	349	358
Valor acrescent. bruto (VAB) (euros)	11 187 300	10 668 080
Produtividade do trabalho (euro por pessoa) = VAB por efectivo	32 055	29 799,00
VAB/Custos com pessoal	1,95	1,95
Vendas + prest. de serviços)/custos com pessoal	2,76	2,66

Dívidas em mora a segurança social

Declara-se que não existem dívidas em mora à segurança social, dando-se assim cumprimento ao estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro.

Factos relevantes após o termo do exercício

Durante o presente ano económico de 2006, os factos relevantes a salientar são:

1 — Implementação do plano para redução e perdas de água que permitirá, por um lado, a empresa conhecer os níveis de perda que lhe estão associados e, por outro lado, combater de uma forma eficaz e planeada estas perdas, reduzindo-as;

2 — Adjudicação para implementação do Enterprise Resource Planning (ERP) e Customer Relationship Management (CRM), na área dos sistemas de informação, representa um investimento estratégico e transversal, enquanto ferramenta de gestão global, para a empresa;

3 — Estudos prévios e escolha do Utilites Business Applications (UBS), na área dos sistemas de informação, representam o esforço de modernização e evolução da empresa, para uma relação mais focada e concreta no cliente e na qualidade do serviço;

4 — Estudos prévios e escolha do Sistema de Informação Geográfico (SIG), que constituirá uma importante ferramenta de gestão e planeamento a ser utilizada em várias áreas da empresa;

5 — Formação interna do Gabinete Técnico e de Inovação (GTI) com os objectivos de, nas áreas estratégicas, alicerçar a empresa no processo de decisão de uma forma mais eficiente.

Evolução previsível da empresa

A empresa AC — Águas de Coimbra, E. M., pretende assegurar, em processo contínuo, as necessidades de abastecimento e distribuição de água para consumo humano, em quantidade e qualidade, aos seus clientes, bem como, a drenagem das águas residuais e pluviais, contribuindo para a qualidade de vida das populações. Assim a AC — Águas de Coimbra, E. M., visa a satisfação dos clientes, dos colaboradores da empresa e do accionista (Câmara Municipal de Coimbra), num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental, a um preço socialmente sustentável.

Dos nossos objectivos estratégicos salienta-se:

1 — A capacidade da empresa focalizar-se sempre no cliente, tendo em atenção os seus interesses, expectativas e aspirações;

2 — Assegurar e manter, com elevados níveis de serviço, a cobertura integral do fornecimento de água na nossa área de intervenção;

3 — Dotar o concelho de Coimbra de elevados níveis de cobertura do serviço de drenagem de águas residuais, por forma a proporcionar às populações melhores condições de vida e saúde pública;

4 — Aumentar a eficácia dos serviços, de uma maneira continuada, dotando-os dos instrumentos humanos e técnicos necessários de forma a garantir um serviço eficiente, optimizando a relação custo-benefício, a uma tarifa socialmente aceitável;

5 — Privilegiar uma relação de excelência com os seus clientes e com o público, em geral.

Tendo, também, em consideração a actual conjuntura económica do país, bem como a adesão ao sistema multimunicipal do Baixo Mondego-Bairrada (a que o município de Coimbra aderiu), acrescido do forte esforço de investimento que se está a realizar, actualmente e nos anos vindouros (remodelação das redes existentes e continuação da construção da rede de drenagem de águas residuais), baseadas num princípio de equidade e direito de acesso universal aos serviços de água e saneamento, torna-se fundamental, no futuro, apostar em medidas de rigor de gestão e correcta alocação de recursos humanos, de capital e técnicos, capazes de equilibrar a empresa de uma forma sustentável no curto e longo prazos.

Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe à Câmara Municipal de Coimbra, nos termos do artigo 27.º dos estatutos da empresa, a seguinte aplicação para os resultados líquidos do exercício de 2005 no montante de 746 782,37 euros:

a) Reserva legal — 74 678,24 euros;

b) Reserva para investimentos — 472 104,13 euros;

c) Reserva para gratificações e outras remunerações do trabalho — 200 000 euros.

Coimbra, 20 de Abril de 2006. — O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Balanço sintético em 2005

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizado:				
43+441/6+449	Imobilizações incorpóreas	1 826 677,35	1 740 477,62	134 482,97	200 252,86
42+441/6+448	Imobilizações corpóreas	112 576 914,81	39 529 133,15	72 999 498,42	73 103 750,42
41+441/6/447	Investimentos financeiros	—	—	—	—
		<u>114 403 592,16</u>	<u>41 269 610,77</u>	<u>73 133 981,39</u>	<u>73 304 003,28</u>
	Circulante:				
32 a 37	Existências	432 230,46	—	432 230,46	411 899,97
21+22+24+25+26	Dívidas de terceiros:				
	Médio e longo prazos	40 082,07	40 082,07	—	40 082,07
	Curto prazo	3 441 760,04	336 098,19	3 105 661,85	2 766 697,13
		<u>3 914 072,57</u>	<u>376 180,26</u>	<u>3 537 892,31</u>	<u>3 218 679,17</u>
11 a 14	Depósitos:				
	Bancários e caixa	1 860 405,41	—	1 860 405,41	1 657 179,53
27	Acréscimos e diferimentos	31 832,54	—	31 832,54	28 272,48
	<i>Total do activo</i>	<u>120 209 902,54</u>	<u>41 645 791,03</u>	<u>78 564 111,65</u>	<u>78 208 134,46</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		2005	2004
	Capital próprio:		
51	Capital	39 140 176,44	39 140 176,44
57	Reservas	738 060,82	366 355,63
59	Resultados transitados	708 475,02	699 640,89
	<i>Subtotal</i>	<u>40 586 712,28</u>	<u>40 206 172,96</u>
88	Resultado líquido do exercício	746 782,37	555 699,44
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>41 333 494,65</u>	<u>40 761 872,40</u>
	Passivo:		
21 a 26	Dívidas a terceiros:		
	Médio e longo prazos	6 540 654,94	8 145 503,27
	Curto prazo	4 003 133,91	2 738 277,26
27	Acréscimos e diferimentos	26 686 828,15	26 562 481,53
	<i>Total do passivo</i>	<u>37 230 617,00</u>	<u>37 446 262,06</u>
	<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>78 564 111,65</u>	<u>78 208 134,46</u>

O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Balanço analítico em 2005

Código das contas		2005			2004
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
	Imobilizado:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação	1 826 677,35	1 740 477,62	86 199,73	200 252,86

Código das contas	2005			2004	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	77 343,50	—	77 343,50	17 652,50
422	Edifícios e outras construções	987 524,63	83 270,94	904 253,69	912 731,41
423	Equipamento básico	105 362 263,96	35 381 879,81	69 980 384,15	71 580 527,77
424	Equipamento de transporte	1 496 575,67	1 300 505,53	196 070,14	146 197,78
425	Ferramentas e utensílios	2 071 419,21	1 866 356,06	205 063,15	305 919,51
426	Equipamento administrativo	857 135,01	651 894,87	205 240,14	129 602,53
429	Outras imobilizações corpóreas	323 895,93	245 225,94	78 669,99	11 118,92
44	Imobilizações em curso	1 400 756,90	—	1 400 756,90	—
		<u>112 576 914,81</u>	<u>39 529 133,15</u>	<u>73 047 781,66</u>	<u>73 103 750,42</u>
Circulante:					
Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	432 230,46	—	432 230,46	411 899,97
Dívidas de terceiros — a médio e longo prazos:					
26	Devedores e credores	—	—	—	—
268	Devedores e credores diversos	40 082,07	—	40 082,07	40 082,07
		<u>40 082,07</u>	<u>40 082,07</u>	<u>—</u>	<u>40 082,07</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
21	Clientes	—	—	—	—
211	Clientes conta corrente	2 848 727,38	—	2 848 727,38	2 675 629,69
218	Clientes de cobrança duvidosa	473 675,53	336 098,19	137 577,34	63 745,12
22	Fornecedores	—	—	—	—
229	Adiantamento a fornecedores	1 273,98	—	1 273,98	—
241	Imposto sobre rendimento	—	—	—	59,30
243	Impostos sobre o valor acrescentado	111 173,98	—	111 173,98	25 379,73
26	Devedores e credores	—	—	—	—
2681	Entidades diversas	—	—	—	—
2682	Depósitos de garantia	—	—	—	—
2684	Devedores diversos	6 909,17	—	6 909,17	1 883,29
		<u>3 441 760,04</u>	<u>336 098,19</u>	<u>3 105 661,85</u>	<u>2 766 697,13</u>
Depósitos bancários e caixa:					
12+13	Depósitos bancários	1 846 364,86	—	1 846 364,86	1 642 887,38
11	Caixa	14 040,55	—	14 040,55	14 292,15
		<u>1 860 405,41</u>	<u>—</u>	<u>1 860 405,41</u>	<u>1 657 179,53</u>
Acréscimos e diferimentos:					
271	Acréscimos de proveitos	14 011,12	—	14 011,12	8 762,71
272	Custos diferidos	17 821,42	—	17 821,42	19 509,77
		<u>31 832,54</u>	<u>—</u>	<u>31 832,54</u>	<u>28 272,48</u>
	<i>Total de amortizações</i>		<u>41 269 610,77</u>		
	<i>Total de provisões</i>		<u>376 180,26</u>		
	<i>Total do activo</i>	<u>120 209 902,68</u>	<u>41 645 791,03</u>	<u>78 564 111,65</u>	<u>78 208 134,46</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas	2005		2004
Capital, reservas e resultados:			
51	Capital:		
5112	Capital inicial	39 140 176,44	39 140 176,44
57	Reservas:		
571	Reservas legais	109 170,80	53 600,86

Código das contas		2005	2004
572	Reservas estatutárias:		
57201	Para investimentos	628 890,02	312 754,77
59	Resultados transitados	708 475,02	699 640,89
	<i>Subtotal</i>	<u>40 586 712,28</u>	<u>40 206 172,96</u>
88	Resultado líquido do exercício	746 782,37	536 008,63
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>40 761 872,40</u>	<u>40 398 987,34</u>
	Passivo:		
	Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
22	Fornecedores:		
221	Fornecedores conta-corrente	—	—
23	Empréstimos obtidos:		
231	Empréstimos bancários	1 124 395,16	1 259 582,82
26	Outros devedores e credores:		
268	Devedores e credores diversos:		
2681	Entidades diversas	5 416 259,78	6 885 920,45
		<u>6 540 654,94</u>	<u>8 145 503,27</u>
	Dívidas a terceiros — curto prazo:		
21	Clientes:		
215	Clientes com cauções	5 711,98	5 711,98
22	Fornecedores:		
221	Fornecedores conta-corrente	649,65	4 380,62
223	Outros fornecedores	1 403 809,78	12 927,09
228	Fornecedores em conferência	56 144,00	—
23	Empréstimos:		
231	Empréstimos bancários	145 000,00	150 000,00
24	Estado e outros entes públicos:		
241	Imposto sobre o rendimento	66 967,81	—
242	Retenção imposto sobre rendimento	37 765,52	39 992,82
243	Imposto sobre valor acrescentado	2 280,00	14 610,84
244	Restantes impostos	75 069,37	2 170,00
245	Contribuições para a segurança social	149 355,34	70 810,84
247	Autarquia local:		
2471	Tarifa do lixo cobrada	149 355,34	234 753,58
26	Outros devedores e credores:		
261	Fornecedores de imobilizado	2 499,31	103 859,58
263	Sindicatos	1 301,48	1 396,26
267	Assessores, cons., int.	54,71	47,96
268	Devedores e credores diversos:		
2681	Entidades diversas	1 500 000,00	1 500 000,00
2682	Depósitos de garantia	436 541,66	436 541,66
2683	Descontos diversos	1 779,05	1 779,05
2684	Credores diversos	159 294,98	159 294,98
2685	Assessores, cons., int.	—	—
		<u>4 003 133,91</u>	<u>2 738 277,26</u>
27	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	1 397 221,28	969 025,59
274	Proveitos diferidos	25 289 606,87	25 593 455,94
		<u>26 686 828,15</u>	<u>26 562 481,53</u>
	<i>Total do passivo</i>	<u>37 230 617,00</u>	<u>37 446 262,06</u>
	<i>Total do capital próprio e passivo</i>	<u>78 564 111,65</u>	<u>78 208 134,46</u>

Demonstração dos resultados por naturezas em 2005

CUSTOS E PERDAS

Código das contas		2005		2004
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Materiais consumidos	411 963,29		387 978,22
	Mercadorias	3 046 400,70		—
62	Fornecimentos e serviços externos	4 856 087,56	8 314 451,55	3 662 538,25
64	Custos com pessoal:			
641	Remuner. do conselho de administração ...	126 761,55		151 203,06
642	Remuner. do pessoal	4 837 045,49		4 624 086,36
643	Pensões	46 150,55		20 283,36
645	Encargos sobre remuner. e seg. social	470 531,40		428 506,69
646	Seguros de acidentes de trabalho	24 743,12		41 365,70
648	Outros custos com pessoal	226 200,40	5 731 432,51	217 043,66
66	Amortizações e ajustamento do exercício	7 071 678,97		6 364 789,10
67	Provisões do exercício	—	7 071 678,97	26 684,87
63	Impostos	3 432,82		3 432,82
65	Outros custos operacionais	4 104,92	7 994,82	4 435,65
	(A)		21 125 557,85	15 932 347,74
68	Custos e perdas financeiras:			
681	Juros suportados	20 053,32		20 053,32
688	Outros custos e perdas financeiras	2 036,80	20 257,57	974,10
	(C)		21 145 815,42	15 953 375,16
69	Custos e perdas extraordinários		148 707,96	450 259,32
	(E)		21 294 523,38	16 403 634,48
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		207 281,97	155 387,67
	(G)		21 501 805,35	16 559 022,15
88	Resultado líquido		746 782,37	555 699,44
			22 248 587,72	17 114 721,59

PROVEITOS E GANHOS

Código das contas		2005		2004
71	Vendas:			
	Mercadorias	5 311 147,12		—
	Produtos	3 457 956,55		8 687 262,53
72	Prestações de serviços	7 075 184,23	15 844 287,90	5 915 838,91
75	Trabalhos para a própria empresa	31 403,48		6 611,22
73	Proveitos suplementares	47 859,23		93 359,19
74	Subsídios à exploração	3 581 005,90		18 134,18
76	Outros proveitos operacionais	257 510,85	3 917 779,46	2 701,56
77	Reversões de amortizações e ajustamentos		5 213,47	—
	(B)		19 767 280,83	14 723 907,59
78	Proveitos e ganhos financeiros:			
781	Juros obtidos	137 629,17		129 889,49
786	Descontos de pronto pagamento	3 008,87		9 902,70
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	158,04	140 796,08	165,89
	(D)		19 908 076,91	14 863 865,67
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2 340 510,81	2 250 855,92
	(F)		22 248 587,72	17 114 721,59

Resumo:

Resultados operacionais: (B)–(A)	— 1 358 277,02	— 1 208 440,15
Resultados financeiros: (D–B)–(C–A)	120 538,51	118 930,66
Resultados correntes: (D–C)	— 1 237 738,51	— 1 089 509,49
Resultado antes de imposto: (F)–(E)	954 064,34	711 087,11
Resultado líquido do exercício: (F)–(G)	746 782,37	555 699,44

O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 2005

1 — Não aplicável.	
2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:	
Depósitos bancários à ordem	846 364,86
Depósitos bancários a prazo	1 000 000,00
Caixa — numerário e cheques	14 040,55
<i>Subtotal</i>	<u>1 860 405,41</u>
Cheques sem provisão enviados para cobr. judicial	1 286,72
<i>Total do saldo de tesouraria</i>	<u>1 861 692,13</u>
Disponibilidades do balanço	<u>1 860 405,41</u>
3 a 6 — Não aplicáveis.	

A diferença entre o saldo de tesouraria de 1 861 692,13 euros e o disponível apresentado no balanço de 1 860 405,41 euros diz respeito a cheques sem provisão enviados para cobrança judicial identificados neste mapa, no montante de 1286,72 euros.

O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 2005

A AC — Águas de Coimbra, E. M., Empresa Pública Municipal tem como actividade principal a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e recolha, tratamento e rejeição de efluentes.

A numeração das notas que se segue respeita a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas e respectiva numeração, que não são aplicáveis à AC — Águas de Coimbra, E. M., não são transcritas neste documento.

Deste modo:

2 — As quantias relativas ao exercício de 2004 (comparativo) incluídos nas presentes demonstrações financeiras estão apresentadas

em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro.

Os valores incluídos nas contas de custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e fornecimentos e serviços externos e os subsídios à exploração não são comparáveis aos do ano de 2004 pelo facto de a AC — Águas de Coimbra, E. M., ter começado a partir de 1 de Junho de 2005 a suportar os custos inerentes à aquisição de água e ao tratamento de efluentes, pela adesão do Município de Coimbra ao Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Baixo Mondego-Bairrada.

3 — Os critérios valorimétricos utilizados nas demonstrações financeiras foram:

a) *Existências*. — Utilizou-se o custo de aquisição nas existências entradas em armazém e para as saídas o custo médio ponderado.

b) As imobilizações incorpóreas foram amortizadas segundo o método das quotas constantes.

Imobilizações corpóreas:

As imobilizações corpóreas quando adquiridas ao exterior são valorizadas ao custo de aquisição, quando realizadas por administração directa são valorizadas ao custo de produção.

Para efeitos do cálculo das amortizações foram utilizados, o método das quotas constantes para os bens que transitaram dos extintos SMASC e o método das quotas degressivas para os bens adquiridos a partir de 1 de Junho de 2003, conforme o n.º 2, do artigo 4.º e alínea c), do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro.

d) *Subsídios para investimento*. — Os subsídios para investimento recebidos foram registados na contabilidade nas seguintes contas:

Proveitos diferidos — subsídios para investimentos conta 2745:

27453 — FEDER-QCA III : 872 610,77 euros;

27455 — Ramais e prolongamentos de rede — 1 123 847,34 euros.

A 31 de Dezembro de 2005 os proveitos diferidos — subsídios para investimento apresentavam um saldo de 25 289 606,87 euros conforme demonstração no mapa anexo.

Ano a ano é calculado e transferido para a conta de proveitos extraordinários do exercício o produto do valor dos subsídios pelas taxas de amortização aplicadas às respectivas imobilizações corpóreas financiadas por esses subsídios.

Subsídios para investimentos

Rubricas	Ano de concessão	Total atribuído	Valor do subsídio		Saldo da conta 2745
			Transferência para proveitos em exercícios anteriores (até 31 de Dez. de 2004)	Transferência para proveitos — Janeiro/Dezembro de 2005	
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	1996	83 813,45	75 432,11	8 381,36	—
Equipamento básico c/ 274521	1996	170 389,36	170 389,36	—	—
INAG/ETAR	—	—	—	—	—
<i>Subtotal</i>		<u>254 202,81</u>	<u>245 821,47</u>	<u>8 381,36</u>	<u>—</u>
Imobilizações em curso c/ 274522 —					
INAG — Saneamento Souselas	2002	97 184,38	36 948,62	18 474,32	166 490,63
INAG — Saneamento Souselas	2003/Jun a Dez.	124 729,19	—	—	—
<i>Subtotal</i>		<u>221 913,57</u>	<u>36 948,62</u>	<u>18 474,32</u>	<u>166 490,63</u>
Imobilizações em curso c/ 27455					
Particulares	1999	421 164,55	104 449,29	17 404,80	299 310,47
Particulares	2000	219 642,22	54 899,11	10 979,80	153 763,31
Particulares	2001	1 222 071,27	199 751,03	49 937,76	974 149,50
Particulares	2002	481 151,57	59 608,10	19 869,36	401 674,11
Particulares	2003	1 282 249,54	256 866,24	128 693,48	894 922,79
Particulares	2004	458 205,87	51 785,83	91 307,24	315 112,80
Particulares	2005	1 123 847,34	—	110 033,84	1 013 813,50
<i>Subtotal</i>		<u>5 208 332,36</u>	<u>727 359,60</u>	<u>428 226,28</u>	<u>4 052 746,48</u>

Rubricas	Ano de concessão	Valor do subsídio			
		Total atribuído	Transferência para proveitos em exercícios anteriores (até 31 de Dez. de 2004)	Transferência para proveitos — Janeiro/Dezembro de 2005	Saldo da conta 2745
Imobiliz. em curso c/27451, 2.º QCA — FEDER	1995	643 112,70	—	—	—
	1996	1 394 459,76	—	—	—
	1997	4 248 864,00	1 929 366,39	457 965,88	9 454 266,28
	1998	2 508 345,95	—	—	—
	1999	1 497 804,34	—	—	—
	2000	1 549 011,80	—	—	—
<i>Subtotal</i>		<u>11 841 598,55</u>	<u>1 929 366,39</u>	<u>457 965,88</u>	<u>9 454 266,28</u>
Laborat. de análises de água, c/ 27453 QCA-III — FEDER	2004	103 956,13	32 902,32	32 902,32	38 151,49
<i>Subtotal</i>		<u>103 956,13</u>	<u>32 902,32</u>	<u>32 902,32</u>	<u>38 151,49</u>
Imobiliz. em curso, c/ 27453, QCA — III — FEDER	2001	2 124 047,70	—	—	—
	2002	3 943 683,01	—	—	—
	2003/Jan. a Maio	898 657,82	1 890 114,17	1 182 578,70	9 836 318,08
	2003/Jun. a Dez.	1 326 802,86	—	—	—
	2004	3 743 208,79	—	—	—
	2005	872 610,77	—	—	—
<i>Subtotal</i>		<u>12 909 010,95</u>	<u>1 890 114,17</u>	<u>1 182 578,70</u>	<u>9 836 318,08</u>
Imobiliz. em curso, c/ 27454, 2.º QCA — Fundo de Coesão	2001	582 048,55	77 528,85	19 382,20	485 137,50
<i>Subtotal</i>		<u>582 048,55</u>	<u>77 528,85</u>	<u>19 382,20</u>	<u>485 137,50</u>
Imobiliz. em curso, c/ 27456 — Câmara Municipal de Coimbra	2001	207 834,36	16 626,74	4 156,68	187 050,94
<i>Subtotal</i>		<u>207 834,36</u>	<u>16 626,74</u>	<u>4 156,68</u>	<u>187 050,94</u>
C/ 27457, 1.º QCA — FEDER	1990	463 849,62	330 945,13	5 253,10	127 651,39
	1991	500 176,05	334 205,10	5 664,49	160 306,46
	1992	371 575,98	231 445,41	4 208,10	135 922,47
	1993	211 836,15	122 351,24	2 399,04	87 085,87
	1995	1 038 477,27	415 528,39	101 944,87	521 004,01
	1996	68 510,53	30 259,38	775,88	37 475,27
<i>Subtotal</i>		<u>2 654 425,60</u>	<u>1 464 734,65</u>	<u>120 245,48</u>	<u>1 069 445,47</u>
<i>Total</i>		<u>33 983 322,88</u>	<u>6 421 402,81</u>	<u>2 272 313,20</u>	<u>25 289 606,87</u>

7 — Número médio de pessoas ao serviço na empresa:

Em 2005, o número de empregados ao serviço da AC — Águas de Coimbra, E. M., foi de 349.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos, de acordo com quadros do tipo seguinte: (redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro):

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações e abates	Transferências A+B	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	1 769 369,83	—	57 307,52	—	—	1 826 677,35
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	17 652,50	—	59 691,00	—	—	77 343,50
Edifícios e outras construções	963 397,03	—	24 127,60	—	—	987 524,63
Equipamento básico	100 578 118,13	—	49 302,00	—	4 734 843,83	105 362 263,96
Equipamento de transporte	1 436 540,84	—	187 297,56	127 262,73	—	1 496 575,67
Ferramentas e utensílios	2 034 858,50	—	36 583,84	23,13	—	2 071 419,21
Equipamento administrativo	697 663,96	—	163 401,20	3 930,15	—	857 135,01
Outras imobilizações corpóreas	233 842,91	—	90 053,02	—	—	323 895,93

Rubricas	Saldo inicial	Reava- liações	Aumentos	Alienações e abates	Transfe- rências A+B	Saldo final
Imobilizações em curso:						
Empreit. em curso por contrato	—	—	6 097 479,83	—	— 4 716 378,93	1 381 100,90
Obras em administr. própria	—	—	(a) 18 464,90	—	—	—
	—	—	(b) 19 656,00	—	— 18 464,90	19 656,00
<i>Subtotal</i>	<u>105 962 073,87</u>	—	<u>6 746 056,95</u>	<u>131 216,01</u>	—	<u>112 576 914,81</u>
<i>Total geral</i>	<u>107 731 443,70</u>	—	<u>6 803 364,47</u>	<u>131 216,01</u>	—	<u>114 403 592,16</u>

(a) Aquisição directa de materiais.

(b) Rendimento p.p. empr.

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulari- zações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	<u>1 569 116,97</u>	<u>171 360,65</u>	—	<u>1 740 477,62</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	50 665,62	32 605,32	—	83 270,94
Equipamento básico	28 997 590,36	6 384 289,45	—	35 381 879,81
Equipamento de transporte	1 290 343,06	137 425,20	127 262,73	1 300 505,53
Ferramentas e utensílios	1 728 938,99	137 440,20	23,13	1 866 356,06
Equipamento administrativo	568 061,43	87 763,59	3 930,15	651 894,87
Outras imobilizações corpóreas	222 723,99	22 501,95	—	245 225,94
<i>Subtotal</i>	<u>32 858 323,45</u>	<u>6 802 025,71</u>	<u>131 216,01</u>	<u>39 529 133,15</u>
<i>Total geral</i>	<u>34 427 440,42</u>	<u>6 973 386,36</u>	<u>131 216,01</u>	<u>41 269 610,77</u>

21 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante de acordo com um quadro do tipo seguinte:

Ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	—	—	—	—
Produtos e trabalhos em curso	—	—	—	—
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	—	—	—	—
Produtos acabados e intermédios	—	—	—	—
Mercadorias	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Dívidas de terceiros:				
Clientes, c/c	—	—	—	—
Clientes títulos a receber	—	—	—	—
Clientes de cobrança duvidosa	283 101,12	58 210,54	5 213,47	336 098,19
Empresas do grupo	—	—	—	—
Empresas participadas e participantes	—	—	—	—
Outros accionistas	—	—	—	—
Estado e outros entes públicos	—	—	—	—
Outros devedores	—	40 082,07	—	40 082,07
Subscritores de capital	—	—	—	—
	<u>283 101,12</u>	<u>98 292,61</u>	<u>5 213,47</u>	<u>376 180,26</u>
Títulos negociáveis:				
Acções em empresas de Grupo	—	—	—	—
Obrigações e títulos de participação em empresas do grupo	—	—	—	—
Acções em empresas associadas	—	—	—	—
Obrigações e títulos de participação em empresas associadas	—	—	—	—
Outros títulos negociáveis	—	—	—	—
Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

23 — Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

A 31 de Dezembro de 2005 a conta de clientes de cobrança duvidosa — conta 218 ascendia a 473 675,53 euros.

À mesma data na conta 268 constava um valor de 40 082,07 euros referente a outros devedores de cobrança duvidosa.

37 — Participação no capital subscrito de cada uma das pessoas colectivas que nele detenham pelo menos 20%:

O capital em 31 de Dezembro de 2005 era detido exclusivamente pela Câmara Municipal de Coimbra.

40 — Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço para além das referidas anteriormente:

Ajustamentos:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 — Capital	39 140 176,44	—	—	39 140 176,44
56 — Reservas de reavaliação	—	—	—	—
57 — Reservas:				
571 — Reservas legais	53 600,86	55 569,94	—	109 170,80
572 — Reservas estatutárias	—	—	—	—
57201 — Para investimento	312 754,77	316 135,25	—	628 890,02
59 — Resultados transitados	699 640,89	11 207,47	2 373,34	708 475,02
88 — Resultado líquido de 2004	555 699,44	—	555 699,44	—
88 — Resultado líquido de 2005	—	746 782,37	—	746 782,37
<i>Total</i>	40 761 872,40	1 129 695,03	558 072,78	41 333 494,65

41 — Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

O custo das mercadorias vendidas e consumidas, foi como se segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	—	411 899,97
Compras	—	3 430 619,03
Regularizações de existências	—	48 075,45
Existências finais	—	432 230,46
Custos no exercício	—	3 458 363,99

43 — Indicação, global para cada um dos órgãos, das remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais que estejam relacionadas com o exercício das respectivas funções:

Remunerações atribuídas:

Órgão social	Vencimento	Férias	Subsídios de férias e de Natal	Despesas de representação	Subsídio de refeição	Ajudas de custo
Conselho de administração	78 510,12	8 468,41	13 913,48	25 660,54	—	209,00

Fiscal único: 15 287,04 euros.

44 — Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, apurado nas contas 71 — Vendas e 72 — Prestações de serviços, por actividades e por mercados (interno e externo), na medida em que tais actividades e mercados sejam consideravelmente diferentes:

Vendas e prestações de serviços:

	Mercado interno	Mercado externo
Vendas:		
Mercadorias	5 311 147,12	—
Produtos acabados/intermédios	3 457 956,55	—
<i>Subtotal</i>	8 769 103,67	—
Prestações de serviços:		
Do sector de água	2 747 281,62	—
Do sector de saneamento	4 254 581,60	—
Serviços secundários	73 321,01	—
<i>Subtotal</i>	7 075 184,23	—
<i>Total</i>	15 844 287,90	—

Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	2005	2004
681 — Juros suportados	18 220,77	20 053,32
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	—	—
684 — Provisões para aplicações financeiras	—	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	—	—
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	—	—
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiras	2 036,80	974,10
Resultados financeiros	120 538,51	118 930,66
<i>Total</i>	140 796,08	139 958,08

PROVEITOS E GANHOS

	2005	2004
781 — Juros obtidos	137 629,17	129 889,49
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas	—	—
783 — Rendimentos de imóveis	—	—
784 — Rendimentos de participações de capital	—	—
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	—	—
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	3 008,87	9 902,70
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	158,04	165,89
<i>Total</i>	140 796,08	139 958,08

Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	2005	2004
91 — Donativos	120,00	—
692 — Dívidas incobráveis	4 978,43	300 829,82
693 — Perdas em existências	7 478,18	—
694 — Perdas em imobilizações	—	—
695 — Multas e penalidades	240,00	6 294,72
696 — Aumentos de amortizações	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	114 930,31	142 995,21
698 — Outros custos e perdas extraordinários	20 961,04	139,57
Resultados extraordinários	2 191 802,85	1 800 596,60
<i>Total</i>	2 340 510,81	2 250 855,92

PROVEITOS E GANHOS

	2005	2004
791 — Restituição de impostos	—	—
792 — Recuperação de dívidas	8 117,35	13 178,73
793 — Ganhos em existências	43 806,15	—
794 — Ganhos em imobilizações	13 823,65	2 043,00
795 — Benefícios de penalidades contratuais	36,87	268,89
796 — Reduções de amortizações e provisões	—	196 068,88
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	2 367,28	8 254,72
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	2 272 359,51	2 031 041,70
<i>Total</i>	2 340 510,81	2 250 855,92

Evolução da execução e financiamento do plano anual de investimentos e amortizações de empréstimos:

Descrição	2002	2003	2004	2005
Execução do plano:				
Valor executado	9 324 982,31	8 665 085,78	8 668 908,55	6 923 896,13
Valor previsto	17 748 228,00	15 245 485,00	12 578 359,00	13 360 634,00
Grau de execução (percentagem)	52,54	56,84	68,92	51,82

Descrição	2002	2003	2004	2005
Financiamento do plano:				
Financiamento comunitário	3 943 683,01	2 225 460,68	3 847 164,92	872 610,77
Financiamento INAG	97 184,38	124 729,19	—	—
Comparticipações de particulares e instituições	481 151,57	1 282 249,54	458 205,87	1 123 847,34
<i>Subtotal — financiam com fundos externos</i>	<i>4 522 018,96</i>	<i>3 632 439,41</i>	<i>4 305 370,79</i>	<i>1 996 458,11</i>
Financiamento com fundos próprios	4 802 963,35	5 032 646,37	4 363 537,76	4 927 438,02
<i>Total de financiamento</i>	<i>324 982,31</i>	<i>8 665 085,78</i>	<i>8 668 908,55</i>	<i>6 923 896,13</i>

O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Deliberação

O conselho de administração delibera por unanimidade:

1 — Aprovar o relatório e as contas do exercício correspondentes ao período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2005, nos termos da alínea g), ponto 1, artigo 10.º dos estatutos da AC — Águas de Coimbra, E. M.

2 — Propor à Câmara Municipal de Coimbra, nos termos do artigo 27.º dos estatutos da empresa, a seguinte aplicação para os resultados líquidos do exercício de 2005, no montante de 746 782,37 euros:

Reserva legal — 74 678,24 euros;
Reserva para investimentos — 472 104,13 euros;
Reserva para gratificações e outras remunerações do trabalho — 200 000 euros.

3 — Submeter, nos termos da alínea d), ponto 1, artigo 20.º e do artigo 32.º dos Estatutos da AC — Águas de Coimbra, E. M., à apreciação da Câmara Municipal de Coimbra, o relatório do conselho de administração, as contas do exercício, a proposta de aplicação de resultados e o parecer do fiscal único, tendo em vista a sua aprovação.

20 de Abril de 2006. — O Conselho de Administração: *Norberto Paulo Barranha Rego Canha*, presidente — *Jorge Luís Silva Santos Temido*, administrador — *Nuno Miguel Curica Branco*, administrador.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras do AC — Águas de Coimbra, E. M., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de balanço de 78 564 111,65 euros e um total de capital próprio de 41 333 484,65 euros incluindo um resultado líquido positivo de 746 782,37 euros) as demonstrações dos resultados por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa o resultado das suas operações, e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação

das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adaptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião sem reservas.* — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da AC — Águas de Coimbra, E. M., o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Coimbra, 21 de Abril de 2006 — Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes e V. Simões — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Joaquim Marques de Almeida*.

Relatório e parecer do fiscal único

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da AC — Águas de Coimbra, E. M., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Durante o exercício, o fiscal único acompanhou com regularidade os negócios e a gestão da sociedade, verificou a regularidade dos livros, registos contabilísticos e a respectiva documentação. Procedeu igualmente às verificações físicas dos bens e valores patrimoniais que se mostraram necessárias, assim como verificou o cumprimento da lei e dos estatutos, inteirando-se dos actos do conselho de administração, do qual sempre recebeu todos os elementos solicitados

Analisámos também o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro do 2005, as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por natureza e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

Foi emitida a certificação legal das contas, sendo considerada como complemento deste relatório e parecer.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima descritos, quando lidos em conjunto, permitem uma boa compreensão da situação financeira da AC — Águas de Coimbra, E. M., em 31 de Dezembro de 2005 satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como ainda nos compete, verificámos que os critérios valorimétricos adoptados e descritos no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, satisfazem as disposições legais, e contribuem para uma adequada mensuração do resultado e do património.

Nestes termos o fiscal único é do parecer que:

1 — Devem ser aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados por natureza

e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos.

2 — Deve ser aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Por fim, desejamos expressar os nossos agradecimentos ao conselho de administração e a todo o pessoal ao serviço da empresa com quem contactámos por toda a colaboração recebida no desempenho das nossas funções.

Coimbra, 21 de Abril de 2006 — Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes e V. Simões — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Joaquim Marques de Almeida*. 3000219398

MONTEGES — GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SOCIAIS, E. M.

Relatório n.º 1-L/2007

Relatório e contas de 2005

Relatório do conselho de administração e proposta de aplicação de resultados

No cumprimento das disposições legais cumpre à administração da Monteges — Gestão de Equipamentos Sociais, E. M., submeter à apreciação de VV. Ex.^{as} o balanço analítico, a demonstração de resultados líquidos, o anexo e demais documentos de prestação de contas, referentes ao exercício de 2005.

1 — Considerações gerais

Toda a actividade desenvolvida pela Monteges, E. M., no exercício em apreço, se situou dentro das previsões estabelecidas, com relevo para os serviços prestados no complexo da piscina municipal, quer nos planos de água, designadamente aulas de natação, hidroginástica, hidroterapia, etc, quer nos espaços de ginásio, com aulas de *step*, de ginástica localizada e de danças eurolatinas. De modo particular destaca-se o arranque, como estava previsto, no final do 1.º trimestre do exercício, das modalidades de *cardiofitness* e de musculação. Todos os serviços que prestamos continuam a merecer uma apreciação muito favorável dos nossos utentes, facto a que não é estranha a preparação dos professores que acompanham as aulas, a qualidade das instalações e o cuidado dispensado no tratamento da água da piscina e na higiene dos espaços.

3 — Análise comparativa entre as previsões e os valores reais

Principais indicadores	Previsões	Valores reais	Diferença	(Em euros)
				Porcentagem
Proveitos com indemnização compensativa	312 000,00	331 563,20	19 563,32	6,3
Fornecimentos e serviços externos	194 000,00	216 056,84	22 056,84	11,4
Custos com pessoal	104 572,65	108 110,94	3 538,29	3,4
Impostos (a)	1 500,00	1 395,04	— 104,96	— 7,0
Resultados líquidos	427,35	— 14 305,02	— 14 732,40	—
Cash-flow	9 427,25	— 2 686,06	— 12 113,31	—

(a) Registe-se que o indicador impostos não inclui o pagamento de IVA que se elevou no exercício, depois dos acertos efectuados no cálculo do *pro-rata*, a cerca de 13 848,88 euros.

Da análise comparativa entre os documentos de gestão previsional elaborados em finais de 2004 e os valores reais apurados no exercício de 2005, deve assinalar-se que os proveitos totais incluindo a indemnização compensativa excederam as previsões, mas não compensaram o acréscimo de custos de fornecimentos e serviços externos, pelas razões já indicadas acima.

Estas diferenças explicam no essencial a diferença negativa dos resultados líquidos e do *cash-flow* apurados no exercício de 2005.

4 — Tesouraria

Ao longo do exercício foram sentidas algumas dificuldades pontuais na tesouraria da empresa, dificuldades que foram ultrapassadas com a entrada de fundos no início do 2.º semestre, no montante de aproxi-

2 — Situação económica e financeira

No exercício de 2005 a situação económica e financeira da empresa continuou a registar algumas dificuldades, nomeadamente do ponto de vista da rentabilidade económica, pois os resultados líquidos apurados mostram ainda valores negativos relativamente elevados. Embora tenha sido possível inverter a tendência evidenciada no ano anterior em que foi notório o decréscimo do número de utentes que frequentaram o complexo da piscina municipal, no exercício de 2005 designadamente após a instalação e arranque do equipamento de *cardiofitness* e de musculação, verificou-se uma recuperação sensível no conjunto de utentes que frequentam o complexo.

No entanto, o acréscimo acentuado dos custos de exploração, com particular relevo para os fornecimentos e serviços externos, não foram compensados com o aumento dos proveitos, apesar de os mesmos proveitos terem crescido cerca de 14,6% entre 2004 e o exercício de 2005.

Por sua vez, verifica-se que os custos operacionais registaram um agravamento de cerca de 12,9%, com destaque para o agravamento do custo do gás utilizado no aquecimento do complexo, cujo preço por tonelada aumentou durante o exercício mais de 20%. Apesar do esforço efectuado para reduzir as quantidades de gás consumido, como se trata de uma das componentes dos custos com maior peso na exploração, continua a ter um impacto muito desfavorável na actual formação dos custos totais. Também os custos de manutenção sofreram um agravamento pronunciado, pois o equipamento do complexo está sujeito a um desgaste muito intenso e como se encontra em funcionamento contínuo há cerca de quatro anos, necessita por isso de uma manutenção mais cuidada e dispendiosa.

Quanto à outra componente de custos com elevado peso na exploração, as despesas com pessoal, registou uma evolução bastante moderada com um acréscimo, a preços correntes, um pouco superior a 3%.

Como se deixa entender, apesar da já referida melhoria registada nos proveitos directos e também nos subsídios à exploração, cujo aumento atingiu cerca de 17,9%, mais 16 400 euros, não foi possível compensar o agravamento dos custos de exploração.

O contrato-programa celebrado entre a Câmara Municipal e a Monteges, E. M., no início da época de 2004-2005 mostrou-se mais ajustado que o anterior protocolo existente, tendo em atenção os serviços que a empresa vem prestando e que contempla um subsídio à exploração pela prática de preços sociais e o apoio ao programa de aprendizagem de natação, tendo contribuído para a tendência de maior equilíbrio da situação económica e financeira da Monteges, E. M., mas foi ainda insuficiente para que o ponto crítico da cobertura dos custos correntes fosse atingido.

Os resultados do exercício continuam assim negativos, ainda que os prejuízos apurados sejam de montante sensivelmente inferior aos registados no ano anterior.

madamente 21 000 euros para cobertura de prejuízos registados no ano anterior. Também o recebimento dos montantes referentes ao contrato de cedência do espaço do Bar, postos à disposição da empresa exactamente no 2.º semestre do exercício contribuíram para que a tesouraria da Monteges, E.M., registasse alguma estabilidade.

5 — Aplicação de resultados

Os resultados do exercício de 2005 apresentam valores negativos superiores ao que se esperava, não obstante serem de montante inferior aos apurados no exercício do ano anterior, os prejuízos contabilizados elevam-se a 14 305,02 euros.

Com os resultados apurados os capitais próprios da Monteges, E. M., ficam reduzidos a menos de 50% do capital estatutário, deixando de